O ABOLICIONISTA STUDART

Raimundo Girão

Custara ingentes esforços a extinção do tráfico negreiro no Brasil pela Lei de 4 de setembro de 1850, que Paes Barreto diz com alguma razão fôra apenas **assinada** por Eusébio de Queirós, pois na realidade tinha **motivação** no Bill Aberdeen. Em outros termos — nos canhões inglêses.

Mas o espírito emancipacionista não havia de contentar-se com essa medida. A resistência dos escravocratas, principalmente a burguesia cafeeira, conquanto absorvente, teria de ser esmagada e fazia-se mister alcançá-lo no menor tempo possível. A vida econômica do País assentava, efetivamente, no braço escravo, porém o pudor nacional não suportava mais a situação humilhante.

A força do brio há de ser sempre maior que as imposições do estômago. Reagia a consciência dos brasileiros: a sua literatura, o seu romanticismo criavam outra mentalidade, até sem indagar das conseqüências materiais da libertação, e naquele mesmo 1850 deu esta o seu primeiro vagido com o cearense do Aracati — Pedro Pereira da Silva Guimarães.

Bacharel em direito, fôra procurador dos africanos livres de Fortaleza, por nomeação de 1839, depois juiz no Ceará e no Pará. Jornalista combativo até a crítica jocosa e a polêmica desassombrada, veio a ser eleito deputado geral pela sua Província em duas legislaturas.

Os Anais do Parlamento registam que em sessão de 27 de março foi lido projeto seu propondo a liberdade do ventre escravo, sem contudo ter sido objeto de deliberação a sua tentativa.

Em 2 de agosto renova-a com a expressa declaração de que o faz para ver qual efeito produziria no seio da Câmara "idéia que feria de perto os interesses do egoísmo mas idéia nobre, idéia filantrópica, aconselhada pelos ditames da religião santa que professamos, e ainda pela política e pelos progressos da civilização."

Porém o escravismo era uma potência e velava: somente quatro deputados estiveram com Pedro Pereira, enfrentando os protestos raivosos dos outros 78 presentes.

Outra vez, em 1852, vem à carga o deputado do Ceará e sem medo afirma aos seus pares: "quero fiquem consignadas nos Anais as minhas considerações para que em todo o tempo se conheçam as razões pelas quais as apresento neste augusto recinto". E foi o bastante para a iracúndia dos escravistas desabar sobre ele, tempestuosamente, comandado o ataque por João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe, com o peso do seu prestígio gritando que aquele homem **não estava em ordem!**

Tamanhas as energias desses escravistas, que só em 1871 a necessidade do ventre livre se consubstanciou em diploma legal, graças à vontade inquebrantável do Visconde do Rio Branco.

Todavia, da maneira como tinha sido votada, a lei trazia dentro de si grave injustiça.

Joaquim Nabuco definiu-lhe o erro: "Imperfeita, incompleta, injusta e até absurda, como nos parece hoje, essa lei foi nada menos que o bloqueio da escravidão". Continuaria uma imensa geração de escravos, os nascidos até ali, a sofrer a desgraça do cativeiro e, mais que isto, os próprios **beneficiados** pela citada lei, os chamados "ingênuos", não sairiam das mãos dos senhores, na maioria dos casos, senão depois dos 21 anos de idade, educados, assim, "na escravidão durante o tempo em que se formam o caráter moral, a inclinação e os hábitos dos indivíduos".

É então que aparece o **abolicionismo**, de que Nabuco se fez campeão. Como protesto contra o pensamento de extinguir a escravidão pelos processos lentos, protesto — nas pala-

vras textuais do referido Nabuco — "contra o expediente de entregar à morte a solução de um problema que não é só de justiça e consciência moral, mas também de previdência política".

Em 1879 o médico baiano Jerônimo Sodré Pereira bradou em sessão da Câmara Geral pela "abolição sem condições e sem delongas." Foi passo mais decisivo.

Era preciso combater com todas as armas a monstruosidade dos interesses criados pelo próprio trabalho do escravo contra a sua liberdade, e para a larga arena chegam André Rebouças, Gusmão Lobo, Joaquim Serra, "formando com as graças da inteligência, com as louçanias do estilo e com a riqueza da cultura o cenário parlamentar do seu tempo."

Chega também Patrocínio e com ele o seu núcleo dileto — João Clapp, Vicente de Sousa, Ferreira de Meneses, Nicolau Moreira, Paula Nei, arrastando "as hostes populares, dando-lhes vibração e tonalidade, diretrizes e miragens, ritmos e espantos".

No Ceará, dez moços reuniram-se com finalidades comerciais e, de mistura, com objetivos altruísticos: fundaram e em 28 de setembro de 1879 instalaram a **Perseverança e Porvir,** aproveitando a data como homenagem à lei da Silva Paranhos.

Havia na mente dos sócios o ideal da emancipação e certa inspiração maçônica, dominante àquela época. Uma e outra cresceram e deram o resultado feliz da fundação da "Sociedade Cearense Libertadora".

Engalanaram o Salão nobre da Assembléia Legislativa e na mais estusiástica das sessões cristalizaram, no dia 8 de dezembro de 1880, os seus projetos. Nunca a Cidade de Nossa Senhora da Assunção assistira a coisa igual. Quase arrebenta de júbilo o seu pequeno povo.

Inscreveram-se 225 associados e foi eleita a diretoria provisória.

Estava no meio daquela gente o Dr. Guilherme Studart como representante do **Gabinete Cearense de Leituras.** "De estilo dourado de todas essas filigranas poéticas de que o ilustre e jovem médico sabe revestir as suas produções literárias, de-

via, como o foi, seu discurso ser uma prece, uma súplica ao coração sensível da mulher. O ilustre orador primou pela escolha desse objeto amado como meio legítimo de realizar um formidável contingente à cruzada abolicionista. De forma sublime surgiam da sua prosa brilhante notas dulcíssimas e que entremeada de uma mimosa carta de Castro Alves em perfeita analogia com o seu discurso, fê-lo colher merecidas palmas, entusiásticos bravos".

Estas palavras são do Relatório ou Sinopse escrito por Antônio Dias Martins, secretário da "Perseverança e Porvir", dando notícia de quanto se passou na magna reunião, e têm muita importância para situar convenientemente a posição de Studart no movimento libertador.

Porque simples divergência de atitude, no encarar o processo de atingir o fim, um dia havia de negar-lhe, ao "jovem médico", a participação que teve na pugna destemerosa.

O temperamento fogoso e algo desestilizado de João Cordeiro, Antônio Bezerra, Antônio Martins, Teles Marrocos, Frederico Borges e outros muitos levou-os à extrema esquerda, à ação desabusada, diga-se insolente e atrevida, genuinamente carbonária, sem o que, na verdade, não fora viável em tão pequeno tempo derrotar inimigo forte e apercebido como era o escravismo, acirrado na defesa de valioso patrimônio, que a lei garantia.

É conhecida a cena da **Sala de Aço**, na qual João Cordeiro, de punhal fincado na mesa, exigia o juramento de matar ou morrer pela liberdade dos negros.

Desde esse momento, são dois caminhos que se abrem paradoxalmente incompatíveis visando à meta única.

Do lado da "Libertadora" — ouçamos o carbonário Isac Amaral — ficámos com a maioria do povo, e do lado dos legalistas, tendo à frente o então Dr. Guilherme Studart, Júlio César da Fonseca Filho, João Lopes Ferreira Filho, Antônio Miranda e muitos outros filiados, ficou o apoio oficial e grande parte do funcionalismo público e dos proprietários, que se não queriam aventurar em lutas subversivas que atentavam

contra a Constituição do Império. **Mas todos trabalhavam pela mesma causa, faça-se justiça.**"

O grupo arrojado dos "libertadores" não mais sossegou nem parou. Fundou um jornal e meteu-se na mais rasgada das batalhas pela consecução de "liberdades", fosse como fosse, pelo roubo, pela indenização, pela afronta ao governo, pelo desrespeito à propriedade, sem atenção a nada e a ninguém.

Dia e noite, sem medida nem termo no desgastar as próprias energias, estavam os **libertciros** a influir e interferir, quebrando algemas, criando desafeições, submetendo-se a processos criminais, contanto que a lista dos libertos aumentasse, aumentasse mais, aumentasse demais até completar-se com o nome do último alforriado.

Admirável loucura a sua, digna de todos os hinos e relembranças imorredoiras, porque sem qualquer contestação pôde gravar no bronze da história o feito admirável da Libertação da Terra da Luz quatro anos antes que o colosso brasileiro o pudesse fazer, apesar de incansáveis labutas dos seus estadistas, dos seus jornalistas, dos seus oradores.

Mas, as lutas apaixonam. Às vezes até cegam de todo, fazendo do soldado um bruto.

Na sua, os libertadores não só uma vez ultrapassaram o sensato. Não queriam enxergar que outros davam também o seu sacrifício pela campanha gloriosa.

Os que não se adaptavam ao pisa-e-quebra desses sapadores da vanguarda tiveram de suportar a violência.

A Guilherme Studart, por educação e índole, não era fácil a adaptação, mais ainda porque tinha aos ombros as responsabilidades do cargo de Vice-Cônsul da então maior potência comercial e militar do mundo. Havia de aliar a sua serenidade pessoal, espontânea, sempre manifestada, à austeridade da função consular, ele que era o mais considerado e estimado de todos os agentes representativos em Fortaleza.

Abolicionista convicto, não se insulou nem temeu as increpações, não recuou diante do ridículo com que os libertadores procuravam diminuir os mais prudentes, apontando-os como covardes, quixotes negreiros, **miranhas**, apelido que en-

contraram, não se sabe bem com que origem, para mais desacreditar os discrepantes.

Arrostando tudo isso, tiveram estes que aglutinar-se num organismo de maior consistência, através do qual pudessem melhormente prosseguir nos seus objetivos emancipadores.

Fundaram, então, o "Centro Abolicionista 25 de dezembro", congregados em animada reunião no "Reform Club", em 19 do último mês de 1882, não sem de logo merecerem do jornal "Libertador" as mais fortes críticas, daí por diante chamados **sombras da legalidade.**

"A marcha vitoriosa da idéia abolicionista — saiu-se com esta sem demora o mesmo jornal — ressoa nos ouvidos dos adversários como rouco estridor de um terremoto próximo. Atordoados e confundidos, sem rumo e sem luz, tentando salvar os últimos destroços de um senhorio que a lei contesta, que a natureza condena, que a religião interdiz, os míseros procuram mascarar-se com as cores abolicionistas para ver se deste modo comunicam à legião sagrada a confusão que enfraquece. Tartufo não tem a habilidade de se conservar por muito tempo escondido na sombra da dobrez. Por isso mesmo, cada uma das palavras dos cristãos novos do abolicionismo traz nas suas sílabas o sinete da perfídia e por maior que seja o esforço em confessar uma crença que não têm, a própria consciência os atraiçoa. É o exemplo do **centro abolicionista.** Como o pecado na concepção miltoneana, ele tem a fronte tentadora, mas a nudez das formas corretas confina com a cauda escamosa da serpente".

Amofinavam a novel agremiação com o título de "Centro João Lopes", alusão ao seu presidente João Lopes Ferreira Filho, que deixara as hostes de João Cordeiro para nela ingressar e, por essa razão, era visado acremente.

Vê-se que o exagerado amor da causa levava os libertadores a esse linguajar de acusações e picuínhas.

Entretanto, a simples leitura dos nomes dos do "Centro" por observador imparcial denuncia a injusteza da exageração. São, com efeito, os seus componentes figuras de lídimas praças de pré do abolicionismo cearense, falangistas, na sua maio-

ria, que formaram colunas desde o começo, marchando e suando: Studart, João Lopes, Júlio César, Dr. Meton da França Alencar, Joaquim Catunda, Cônego João Paulo Barbosa, Bento Luís da Gama, Dr. Lassance Cunha, Comendador Antônio Teodorico, José da Silva Albano (futuro Barão de Aratanha), Comendador Luís Ribeiro da Cunha, Padre Liberato Dionísio da Costa, Comendador Luís Seixas Correia, Dr. Firmino Dória, Joaquim Januário Jefferson de Araújo, Antônio Leal de Miranda, Joaquim Domingues da Silva, Fausto Domingues, João da Fonseca Barbosa, F. A. Garcia, Antônio Pereira de Brito Paiva...

Conservadores, menos temperamentais, achavam melhor o lento caminhar das coisas. Queriam se processasse a abolição na Província "tendo em vista principalmente a conveniência de porem-se esses intuitos de acordo com as leis do País, de modo a evitarem-se quaisquer perturbações da ordem moral ou econômica no seio da família ou da sociedade".

E' impossível, seria injúria à verdade, obscurecer a saliente cooperação dos "centristas" e do próprio "Centro" a partir da sua instalação em 4 de janeiro (1883). O seu sistema de operar, tendo como espada a Constituição do Império, não era do agrado dos outros e no entanto iria dar proveitos ótimos, não diremos equiponderantes, trazendo mais poder à avalancha irrefreável.

Como reconheceu Isac Amaral, desarmadas as prevenções com o tempo, — "todos trabalhavam pela mesma causa, faça-se justiça."

Também os da "Preseverança" um dia lhes reconhecem a atuação insofismavelmente positiva, já esquecidas as malquerenças.

Em maio de 1888, numa sessão brilhante e evocativa na qual relembravam os feitos de 1880-84, manifestaram na ata escrita por Antônio Martins: "Quando, assim, caía a opressão mais injusta sôbre a opinião vencedora da grande causa comum dos brasileiros, caíam também as primeiras muralhas da Bastilha negra e em cada pedaço da noite que desabava

erguiam-se, à luz da igualdade promissora, os municípios livres.

Veio ainda o Centro Abolicionista como força de reação contra os demolidores anarquistas da instituição abjeta legalizada. Essa associação feita de ressentimentos e interesses feridos trazia por lábaro a lei, que amparava o direito absurdo do homem sobre o homem, e a liberdade do mísero cativo só podia ser entendida com o consenso generoso do **senhor.** A população alcunhou-a de **sombra da legalidade.**

Havia entretanto muito sentimento bom nessa agremiação a que filiaram-se muitos moços honestos e crentes. Na sua instalação o "Centro Abolicionista" produziu cinquenta e oito liberdades.

Além desse benéfico resultado e de muito serviço bom, o "Centro" produziu nas hostes da "Libertadora Cearense" a grande emulação que lhe cerrou as filas e elevou sobremodo ao apogeu a sua glória e trouxe-lhe afinal a segurança do apoio popular que colocou-se a seu lado."

As figuras altivas e sérias de Studart, Meton de Alencar, Júlio César, Mons. Dionísio da Costa, Lassance Cunha, João Lopes, Teodorico, José da Silva Albano, para citar apenas algumas, são a melhor e evidente prova de que o "Centro Abolicionista" não era constituído de **cristãos novos**, nem de tartufos.

Apreciando as direções diferentes, mas convergentes, da "Libertadora" e do "Centro", Júlio César muitos anos depois nos vem assegurar que este não foi criado por propósito de antagonismo com aquela.

"As correntes encaminhavam-se para o mesmo mar da liberdade, é certo — escreve no seu estilo matizado. Uma, deslisando suavemente no seu álveo, sem rumores, tranquila e mansa, na doçura hialina e transparente do seu cristal irradiante; a outra torva, precipitando-se caudalosamente, em férvidos borbotões, despencando-se em catadupas. Uma fecundava; a outra inundava. Ambas, "Centro" e "Libertadora" queriam chegar ao mesmo alvo, não há dúvida. Uma mar-

chava em massa, de colunas cerradas, como as legiões romanas; a outra em passos firmes e seguros, vagarosos e ponderados, que não provocassem o cansaço e a fadiga, como viandantes certos do termo da jornada, sem perigo das miragens. A guerra à escravidão era uma só. Variavam as hostes, as estratégias e os instrumentos d'ataque... Não eram forças antagônicas em luta aberta e renhida, não existia um fundo antinômico. Todos procuravam a terra prometida, contemplando-a do Nebo de suas aspirações e anelos."

Mistura de inglês com cearense formando um **in medio virtus** bem caracterizado, sem a tão propalada frieza albiônica nem a ardência tropical do nordestino, Guilherme Studart não podia nunca inscrever-se numa luta de punhais, mas também não se esquivaria jamais de partilhar duma cruzada de humanidade que seu povo valentemente agitava nas ruas, no desejo de exterminar uma instituição, legal sim, porém anacrônica e já absolutamente incompatibilizada com as idéias novas que invadiam o mundo civilizado.

Daí porque o vemos na testa do movimento anti-escravista, caminhando na trilha ditada pelo seu equilíbrio sensorial e psíquico e pela equidistância que requeriam os deveres da sua alta investidura como representante de país estrangeiro sumamente respeitado.

Se havia dois caminhos, preferiu um e neste andou sem desfalecimento, corajosamente e infatigavelmente.

Como que encarnou o "Centro" e de sua pena sempre molhada de fé saiu o manifesto de 13 de abril (1883), admirável de concitamentos e de esperança na vitória final.

"A idéia da extinção do elemento escravo continua a aprofundar raízes e a ganhar animadoras adesões.

Por toda a parte surgem pregadores da salutar reforma e regista o jornalismo novas e pujantes associações que tendem a realizar a grande e generosa empresa.

E' que esta terra perfilha sempre as concepções alevantadas, rasga com desassombro fresta espaçosa no negro céu da escravidão brasileira.

É uma idéia morta a que traduz o cativeiro. Repele-a o coração, que pulsa uníssono com as conquistas que têm os séculos entesourado.

Instituição avelhantada, maldita, soou para ela a hora derradeira na consciência do povo. Triste legado, que tantas gerações aceitaram como um sonho tétrico, dissipa-se aos clarões de límpidas auroras.

Filha de um processo de evolução inevitável, fatal, porque simboliza a resultante de prolongadas séries de esforços e desejos, que vêm de longa data mas que só hoje podem impor-se e desdobrar as flâmulas que trazem escrita a humanitária legenda; fruto da tendência de que se deixam avassalar os espíritos mais adiantados, sempre dispostos ao agasalho dos bons princípios, à assimilação das doutrinas sãs, — vai a emancipação dos escravos se operando rápida, instantânea na província, e obtendo o concurso de todas as idades, as simpatias de um e do outro sexo, os anelos de todos os corações."

O manifesto é longo e termina: "Hoje, como ontem, o seu dever (do "Centro") é invocar a caridade, o humanitarismo cearense, é apelar para os sentimentos puros, filantrópicos dos filhos desta terra em favor dos míseros cativos, em prol da mais bela das causas. Seja também Fortaleza colina verdejante, onde no dilúvio da escravidão possa abicar a arca santa dos livres."

O teor todo do manifesto é a mais eloquente demonstração de que foi escrito por um crente da liberdade, um sincero e fervoroso soldado do batalhão abolicionista. Sente-se que a redação é inflamada do amor da igualdade racial e nunca poderia ser interpretada como produto de tartufismo ou aparente e escondida disposição de vontade.

Esse manifesto é a certidão autêntica do abolicionismo de Studart na sua mais inconteste manifestação, e bastara para confirmá-lo se não houvesse tantas outras provas do calor que o abrasava, a ele e aos seus companheiros do "Centro" na defesa do negro das senzalas.

Tal esse calor, que não raramente teve o jovem médico de exceder os limites da sua prudência, — e os deuses também

se zangam — como aconteceu em Pacatuba, por ocasião das festas da declaração da liberdade total de seus escravos. Ele mesmo conta: — "... Frederico Borges, enaltecendo os seus méritos de libertador, houve por bem atacar os abolicionistas e novamente vi-me na contingência de tomar-lhes a defesa. Desta vez, porém, o revide foi violento. Pedi a palavra e comecei: o que o Sr. Dr. Frederico Borges acaba de dizer é mentira. E mentira porque, ao ser ameaçado de demissão do cargo de promotor, foi a Palácio implorar de joelhos ao presidente... E a sessão degenerou em tumulto. Revólveres, punhais, cacetes em cena. Brados de viva, fora, de todos os lados... Frederico nunca mais, por muitos anos, me tirou o chapéu. Só na minha ida ao Rio, já velho, me apertou nos braços: — Barão, vamos esquecer o passado".

Outro fato que ele igualmente narra se dera, antes, quando em Fortaleza se instalava (6 de janeiro, 1883) a Sociedade das Cearenses Libertadoras, em magnífica sessão no "Club Cearense". Entre os vários oradores falou José do Patrocínio, que estava no Ceará desde 30 de novembro e a certa altura da sua oração se referiu de modo mais causticante aos **abolicionistas.**

"Não me contive, confessa Studart. Quando terminou o seu arroubado discurso, pedi a palavra e desabafei. Com tanta revolta, que atirei sobre a mesa, a que presidia Maria Tomásia, vinte e nove cartas de alforria que levava para solenizar o ato, bradando indignado: — E' assim que o "Centro" responde a insultos! E me fui colocar a uma janela, onde logo veio ter comigo o grande tribuno negro, apresentando desculpas".

A presença do Dr. Guilherme Studart era obrigatória onde quer que uma solenidade ou uma atividade qualquer se verificasse em favor da abolição.

Nas grandes festividades da libertação de Fortaleza, a sua atuação foi da primeira ordem. O dia 24 de maio tornou-se data de glórias para o Ceará, com a sua capital sem a chaga dos cativos, e Fortaleza soube dar realce majestoso ao acontecimento que iria colocá-la nesta posição superior: a primeira

Capital livre do Império do Brasil. A sessão magna da grande declaração, no Paço da Assembléia Legislativa, pela sua imponência e pela sua animação cívica valeu uma glorificação. A tela de José Irineu de Sousa — "Fortaleza Liberta," pintura genial pode dizer-se, guardado no Museu Histórico do Instituto do Ceará, eternizou o esplendente fato.

E lá estava Studart por si e pelo "Centro", gozando o prazer indefinível de ver concretizados os anseios do seu Manifesto de 13 de abril.

Não. Não eram **miranhas**, quixotes negreiros que compareciam, e sim os do outro caminho, os desejosos da liberdade do escravo "pela ordem jurídica, pelo regime da paz, pelos meios suasórios, pela persuasão afetiva e efetiva, pela palavra evangélica, pelo equilíbrio das forças existentes e do porvir com os interesses criados e dominantes" — como escreveu Júlio César.

Separados, às turras, não se harmonizavam mutuamente, porém sabiam uns e outros que o objetivo os ligava na beleza da sua significação patriótica.

Viu-se, então, que no dia final, o derradeiro da luta cruciante, o derradeiro de quantos dias formaram aqueles três anos de batalhas sem tréguas, viu-se então que libertadores e abolicionistas entravam o mesmo pórtico do triunfo, ombro a ombro, as cabeças cobertas de flores e os corações igualmente cheios de alegria.

Chegara, efetivamente, o 25 de março de 1884, que glorificou a Terra da Luz.